

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 05/11/2014 - Edição 1159

Projeto de lei que garantiria emprego para mulheres vigilantes em Vitória (ES) é vetado



Autor do projeto: Vereador Luisinho Coutinho (SDD)

O Projeto de Lei de autoria do Vereador Luisinho Coutinho (SDD), que dispõe sobre a reserva de 30% das vagas para mulheres nos contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Vitória e empresas de vigilância foi vetado pelo Prefeito de Vitória, Luciano Rezende. O veto foi acatado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vitória.

Segundo o vereador, projeto de lei foi baseado na situação complicada das mulheres no mercado de trabalho de vigilantes, que acabam não tendo oportunidade por serem do sexo feminino.

“São centenas de casos de mulheres que pagam o curso, muitas vezes tem um desempenho melhor que muitos homens, e na hora de concorrer a uma vaga de vigilante

não conseguem o emprego, ficam a Deus dar. Elas são discriminadas porque as empresas acreditam que, por serem mulheres, não darão conta do trabalho”, contou.

Para o vereador Luisinho, o projeto que teve o veto baseado na alegação de inconstitucionalidade, daria oportunidade de emprego a mães de família que são responsáveis pela manutenção do lar.

“Essas mulheres poderiam ser direcionadas a vigilância de creches, unidades de saúde, escolas e até bancos que precisam de sensibilidade para tratar com as pessoas. Infelizmente muitas mulheres que pagaram pelo curso pensando na oportunidade do emprego não terão a garantia dele. É uma pena”, lamentou o vereador.

Fonte: Leia-se



Prefeito de Vitória, Luciano Rezende



Secretária de Mulheres da CNTV, Elenilde Ilorca

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) repudia o veto do prefeito Luciano Rezende. Ações como esta são responsáveis pela desigualdade que até hoje permeia a sociedade brasileira. Para a secretária de Mulheres da CNTV, Elenilde Ilorca, é fundamental que as empresas reservem ao menos 30% das vagas para mulheres.

“Assim, teremos mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Poderemos mostrar que somos capazes e estamos preparadas para assumir com responsabilidade e dignidade a profissão de vigilante, mostrando para a sociedade que além de mulher, dona de casa, esposa e mães, também somos guerreiras”, ponderou Ilorca.

Fonte: CNTV

Ameaçados de demissão, vigilantes de postos protestam no centro de Maceió



Vigilantes fazem ato público em frente à Secretaria Municipal de Finanças (Foto: Divulgação)

Dezenas de vigilantes que trabalham nos postos de saúde de Maceió fizeram um ato público, na manhã desta quarta-feira (5), e depois ocuparam a sede da Secretaria Municipal de Finanças, no centro de Maceió, onde fizeram um apitaco. Eles dizem que estão apreensivos com a possibilidade de perder o emprego e denunciam que a empresa contratada pela Prefeitura de Maceió não está recebendo o repasse para o serviço há quatro meses e, por isso, terá que demitir os trabalhadores ainda neste mês.

Com cartazes e faixas, os

vigilantes se concentraram à porta do órgão reivindicando uma audiência com o secretário e a marcação de uma negociação com a Prefeitura de Maceió. Eles fariam uma assembleia ali mesmo para definir os próximos passos do movimento para evitar a demissão em massa. Enquanto isso, hoje a segurança nos postos não será feita.

Ao todo, segundo o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, são 148 homens contratados para fazer a segurança nos postos da capital. Todos foram avisados, na última sexta-feira, por meio de carta enviada

pela prestadora, de que o pagamento de novembro não será efetivado, pois não haveria dinheiro em caixa.

A secretária-geral Mônica Lopes, do Sindvigilantes/AL, explicou que há meses a categoria vem sendo alertada da possibilidade de demissão. Em agosto, o contrato da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) com a empresa terceirizada acabou, mas foi renovado em seguida. Agora, a ameaça volta por falta do repasse da verba, conforme denuncia a direção da entidade.

“A empresa Tigre mandou um recado para todos os vigilantes que não poderia mais pagar os salários dos trabalhadores e alegou que não estava recebendo o a verba há quatro meses. Neste mesmo documento, informou que não tem outra alternativa a não ser demitir”, relatou. Mônica Lopes informou que os salários estavam sendo pagos em dia até agora.

A Secretaria Municipal de Comunicação (Secom) informou que vai dar os esclarecimentos por meio de nota oficial.

Fonte: Gazeta Web

Justiça mantém liminar que proíbe Itaú abrir agências sem segurança e vigilantes



O Tribunal Regional do Trabalho concedeu uma liminar complementar ao mandado de segurança que já havia sido ajuizado pelo SindBancários e determinou a proibição do banco Itaú em abrir agências ou postos de atendimento sem portas giratórias, vidros à prova de bala e vigilantes armados. A decisão

deve ser imediatamente cumprida, como observou o advogado Antônio Vicente Martins, assessor jurídico do SindBancários.

O presidente do SindBancários, Everton Gimenez, também se manifestou sobre a decisão judicial. “Nós tentamos negociar com o banco para que não houvesse a modificação das condições de trabalho dos bancários, diante da intransigência patronal, não nos restou outro caminho a não ser postular na Justiça a observância de normas de segurança mínimas”, lembrou.

O diretor do Departamento de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, Eduardo Munhoz

Baptista, afirmou: “Vamos exigir o cumprimento da decisão judicial para garantir a segurança e saúde de bancários e dos clientes do banco. A instalação de agências de negócios sem as condições de segurança necessárias colocou em risco a saúde e segurança de todos”, analisou.

A diretora do departamento jurídico do SindBancários, Geovana Freitas, confirmou: “Os riscos quanto à segurança dos bancários ficaram evidentes, razão pela qual o Poder Judiciário deferiu a liminar que requeremos”.

O processo ainda pode ser objeto de recurso.

Fonte: Imprensa SindBancários

Lei de Andinho garante estacionamento para carros-fortes em frente a bancos

A Prefeitura de Vila Velha terá que disponibilizar vagas de estacionamento nas vias públicas da cidade para o uso de carros fortes, a fim de evitar os transtornos e os constantes congestionamentos que esses veículos provocam no trânsito da cidade, durante operações de transporte de bens e de valores ? quando os carros blindados param em filas duplas, em regiões movimentadas perto de bancos, lojas e de outros estabelecimentos comerciais ? provocando retenções no tráfego.

Essa determinação é da Câmara Municipal, que na sessão desta segunda-feira (03/11) aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº 1280/14, de autoria do vereador Andinho Almeida (PMDB). De acordo com o projeto, o Poder Executivo fica obrigado a disponibilizar vagas de estacionamento em frente às instituições financeiras, para que os veículos de transporte de valores possam estacionar enquanto realizam

suas operações.

O objetivo da medida, segundo Andinho, é justamente evitar interferências na fluidez do trânsito, o que sempre acontece nesses casos. O vereador afirmou, ainda, que as despesas para a efetivação desta lei correrão por conta das instituições (bancos e lojas) responsáveis pela contratação desses carros fortes.

“Analisando as regras para a caracterização de veículos de utilidade pública, que têm prerrogativa de livre parada e estacionamento, verificamos que os carros fortes não cumprem os requisitos básicos para a caracterização da atividade, entre elas, o atendimento em via pública. É que os agentes de segurança realizam suas atividades no interior dos bancos e das instituições financeiras, ou seja, em áreas particulares que não são amparadas pelo Artigo 29, Inciso VIII, do Código de Trânsito Brasileiro”, justificou Andinho.

Fonte: Câmara de Vila Velha



Fala CNTV

“O estacionamento próprio para o abastecimento dos caixas eletrônicos dos bancos é uma reivindicação antiga da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), debatida inclusive nas reuniões da CCASP. A lei é muito bem-vinda, assim como as demais, que estão em vigor em alguns municípios brasileiros. O nosso desejo é que essas leis municipais sejam ampliadas para uma lei federal, resguardando os companheiros do transporte de valores”, afirma José Cícero Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas e secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV.

Fonte: CNTV

Programa Trabalho e Justiça discute decisão sobre contratação de vigilantes pelo Bacen

O programa de rádio Trabalho e Justiça desta semana traz como destaque decisão da subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) que considerou ilegal uma cláusula de edital do Banco Central (Bacen) que vedava a contratação de vigilantes negativados. A SDI-1 negou recurso do banco, que pretendia manter a exigência que proibia a admissão de vigilantes cujos nomes constassem de cadastros de serviços de proteção ao crédito. A ação contra o Bacen foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho em Pernambuco, e pedia a condenação ao pagamento

de R\$ 500 mil de indenização por dano moral coletivo, por considerar discriminatória a condição imposta. Embora mantendo a ilegalidade da cláusula, o entendimento no TST foi de que não houve prejuízo para a coletividade que justificasse a condenação em dano moral coletivo.

O programa Trabalho e Justiça vai ao ar na Rádio Justiça aos sábados, às 14h, com reprise no domingo no mesmo horário.

Trabalho e Justiça
Rádio Justiça - Brasília - 104,7FM
Sábado 14h / Domingo 14h
(reprise)

Fonte: TST

Fala CNTV

Em outubro, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) lembrou o caso em questão, de iniciativa do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco (Sindesv-PE). Foram diversas reuniões e manifestação para que os vigilantes que tinham alguma restrição pudessem ser contratados pelo Bacen. Mais uma vez, ficou provado que a CNTV e suas entidades filiadas trabalham em prol da categoria.

Fonte: CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF